Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 25 de junho de 2024
Ano CVII ● Número 29.637
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA, PILAR DA SOBERANIA

A ameaça de fuga de cérebros do País merece uma reflexão. Por Isaac Roitman, **página 2**

SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Ambiente de trabalho: tanto fonte de equilíbrio como desgaste emocional. Por Luca Andrade, **página 2**

MONITORAMENTO DE FUNCIONÁRIOS

Os limites legais e as boas práticas, abordando a LGPD. Por Gustavo Carvalho Machado, **página 4**

Taxa de juros para MEI é 4x maior que a Selic

Taxa inalterada tem impacto de R$ 78 bi para empresas

De acordo com levantamento feito pelo Sebrae, com base em dados do Banco Central, a taxa de juros em empréstimo para um Microempreendedor Individual (MEI) fica, na média nacional, mais que quatro vezes maior que a Selic (10,5%) e pode chegar, no caso dos MEI da região Nordeste, ao nível de 51% ao ano. Os dados mostram o impacto da manutenção da taxa básica de juros (Selic), decisão tomada semana passada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Segundo o Sebrae, trata-se de um panorama impraticável de acesso a crédito para os pequenos negócios brasileiros.

De acordo com o estudo, a taxa média para os microempreendedores individuais está atualmente em 44,04%. Para as microempresas, a média atual é de 42,49%, e para as empresas de pequeno porte (EPP) fica em 31,54%.

Os dados reforçam ainda o levantamento feito pela Paramis Capital, de que a manutenção da Selic terá um custo bilionário para as companhias e deve afetar investimentos de longo prazo. Segundo a pesquisa, com a decisão do Copom, o custo financeiro para as empresas será de pouco mais de R$ 78 bilhões ao ano, muito maior do que se a taxa fechasse em 9%, como era estimado em janeiro (que resultaria em um impacto de aproximadamente R$ 11 bilhões a menos). Atualmente, o Brasil tem a segunda maior taxa de juro real do mundo, atrás apenas da Rússia.

Quando os dados são observados por regiões, a situação é ainda mais crítica. A região Nordeste superou a média nacional e tem a taxa para o Microempreendedor Individual (MEI) em torno de 51% ao ano. A Região Norte está em segundo lugar, com uma taxa de 47,62% ao ano, seguida pelo Sudeste (47,09%), Centro-Oeste (44,41%) e Sul (37,21%).

Reprodução

Milei destrói 310 mil empregos na Argentina

A taxa de desemprego na Argentina, com Javier Milei na presidência, atingiu 7,7% no primeiro trimestre de 2024, com aproximadamente 1,1 milhão de pessoas sem trabalho, informou nesta segunda-feira o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). "O número global é explicado pela destruição de 310 mil empregos, enquanto 214 mil respondem ao aumento da oferta de mão de obra que não conseguiu encontrar trabalho", segundo o meio digital Infobae.

Nos primeiros três meses do ano, o desemprego aumentou 2 pontos percentuais (pp) face ao final de 2023, quando a taxa de desemprego se situou em 5,7%, e também aumentou 0,8pp em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

Segundo a imprensa local, este seria o nível de desemprego mais elevado desde meados de 2021, quando a economia ainda não tinha se recuperado totalmente das restrições à atividade que surgiram em consequência da pandemia do novo coronavírus.

Entre os empregos perdidos estariam 81.600 registrados e 228.400 no setor informal, destaca a mídia local, acrescentando uma relação estrita dos dados com a queda da atividade econômica resultante das medidas de ajustamento fiscal implementadas pelo governo Milei.

A economia argentina caiu 5,1% no primeiro trimestre, uma contração explicada principalmente por um declínio acentuado nos investimentos e nas importações, seguido pelo consumo privado e público.

O governo do presidente Milei implementou políticas de forte ajustamento fiscal, entre as quais se destacaram a desvalorização do peso em dezembro passado, a liberalização dos preços, a eliminação dos subsídios à energia e aos transportes e os cortes na despesa pública em geral.

INSS confirma vazamento de dados de 40 milhões

Cerca de 40 milhões de aposentados e pensionistas tiveram dados cadastrais expostos por meio de acessos sem controle, confirmou em nota o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O problema ocorreu por décadas por meio de logins de servidores públicos de órgãos externos ao INSS que se aposentaram, foram exonerados ou pediram demissão.

O problema, ressaltou o órgão, não causou prejuízos aos cofres públicos porque o Sistema Único de Informações de Benefícios (Suibe) não é usado para liberar benefícios. O sistema apenas armazena dados dos beneficiários como nome, Cadastro de Pessoa Física (CPF), tipo de benefício (aposentadoria, pensão, salário-maternidade, auxílios e Benefício de Prestação Continuada), data de concessão e valor recebido.

Segundo o INSS, em gestões anteriores, foram distribuídas senhas a outros órgãos federais para o ingresso ao sistema. A distribuição era feita a órgãos de controle, como a Controladoria-Geral da União, e à Advocacia-Geral da União, para a defesa do governo em ações judiciais. No entanto, não havia monitoramento para as senhas. O acesso era feito apenas com login e senha, sem camadas de segurança como certificado digital e criptografia.

Após os servidores de órgãos externos deixarem as funções, os logins e as senhas continuavam válidos, podendo cair nas mãos de hackers, fraudadores ou criminosos. Um dos possíveis usos das senhas externas é a venda de dados a financeiras que oferecem crédito consignado a beneficiários. Outra possibilidade é que criminosos, de posse dos dados, tenham pedido crédito especial no nome do segurado do INSS.

No comunicado, o INSS informou que a Dataprev, órgão que desenvolveu a solução tecnológica do Suibe, detectou um aumento no fluxo de pedidos de informações. As senhas externas foram suspensas imediatamente, e o governo criou um protocolo para a concessão de acessos por outros órgãos federais. O acesso externo agora exigirá certificado digital e criptografia.

"Um servidor de alguns dos órgãos que têm acesso ao Suibe se aposenta ou passa em outro concurso e detém a senha. Ele não era 'descadastrado'. Agora, com a certificação digital e a criptografia, quem tiver a posse da senha ficará sem acesso", destacou o INSS.

Criptoativos deixarão a balança comercial

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em conjunto com outros organismos internacionais e após uma consulta global das estatísticas do setor externo, modificou o tratamento metodológico para os criptoativos nas estatísticas de balanço de pagamentos, que deixam de ser registrados na balança comercial. O fato foi divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Criptoativos sem emissor, até então tratados como bens, passam a ser considerados ativos não financeiros não produzidos, com registro na conta de capital (conforme o recém-divulgado capítulo 16 da 7ª edição do manual de balanço de pagamentos, BPM7).

Em função dessa modificação metodológica, será realizada uma revisão extraordinária nas estatísticas do balanço de pagamentos brasileiro. Na próxima edição da "Nota para a Imprensa de Estatísticas do Setor Externo", em 25 de julho de 2024, as compras e vendas de criptoativos serão reclassificadas da balança comercial, incluída nas transações correntes, para a conta de capital.

O BC divulgou nesta segunda-feira os dados do balanço de pagamentos de maio de 2024. O déficit em transações correntes nos 12 meses encerrados no mês passado somou US$ 40,1 bilhões, queda em relação aos US$ 45,3 bilhões em maio de 2023. Os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US$ 66 bilhões no acumulado em 12 meses em maio de 2024. **Página 3**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,3956
Dólar Turismo	R$ 5,6150
Euro	R$ 5,7922
Iuan	R$ 0,7429
Ouro (gr)	R$ 406,67

ÍNDICES

IGP-M	0,89% (maio)
	-0,31% (abril)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Educação Científica, pilar para o desenvolvimento e soberania

Por Isaac Roitman

No Brasil, a partir de 2018, há uma menor procura por programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A Capes, através da Plataforma Sucupira, apontou uma ociosidade de 21% nas vagas de mestrado e 25% no doutorado em 2020. Nos anos seguintes, entre 2021 e 2022, registrou-se uma diminuição de mais 11% na quantidade de ingressantes. Essa realidade e a ameaça de fuga de cérebros merecem uma reflexão, na dimensão prospectiva de um País que sonhamos, sem desigualdades sociais, oportunidades para todos e democracia plena.

O interesse de um jovem para as atividades científicas, na maioria das vezes, ocorre durante o ensino fundamental, médio e universitário. As crianças e jovens imaginam diferentes cenários de seu futuro. Quando toma consciência que depois de um longo tempo de formação até concluir um doutorado, uma pessoa não encontra trabalho para exercer a carreira que escolheu, o entusiasmo declina.

Atualmente poucos doutores conseguem exercer suas atividades em universidades, institutos de pesquisa ou empresas privadas. Elas mudam de profissão ou procuram oportunidades no exterior. É sempre bom lembrar que vivemos na era do conhecimento. Um país que não produz conhecimento está destinado a ser "colonizado". É fundamental que políticas públicas de médio e longo prazo, sejam implantadas para reverter esse perverso retrocesso.

Uma pergunta emerge. O que fazer para estimular os jovens a decidirem por uma carreira de pesquisa? Tudo começa por um investimento pesado na formação básica (infantil, fundamental e ensino médio). Esse investimento passa necessariamente pela formação de um "novo professor" cuja função não é de transmitir conhecimentos e competente em identificar os estudantes com alguma deficiência ou alguma habilidade e traçar uma rota de aprendizagem para eles.

> A ameaça de fuga de cérebros do País merece uma reflexão

Esse professor deve estar apto para identificar e ajudar na solução de conflitos. Ele terá como missão estimular a criatividade e a imaginação das crianças e jovens. O exercício do pensamento crítico deve ser estimulado por esse "novo professor". Pela importância do papel social do professor do ensino básico, seus salários deveriam estar no topo da carreira pública.

A importância da Educação Científica é reconhecida há muito tempo. Na década de 60 do século passado, sob a liderança de Isaias Raw, foi implantada a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência (Funbec). Ela produzia laboratórios portáteis de física, química e biologia e lançou a coleção *Cientistas* que consistiu em 50 kits contendo a biografia de cientistas e um manual de instrução e material para a realização de experimentos. A Funbec foi extinta na década de 70.

Há duas décadas, a Fundação Oswaldo Cruz implantou com grande sucesso o Programa de Vocações Científicas. Um outro marco importante foi a introdução em 2004 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Programa de Iniciação Científica Júnior, que permite que estudantes do ensino fundamental e médio possam frequentar um ambiente de pesquisa, desenvolvendo um projeto sob a orientação de um pesquisador. Esse programa foi inspirado pelo Programa de Iniciação Científica para universitários, criado no início da década de 50 pelo CNPq.

É pertinente citar outras iniciativas na consolidação da educação científica:

1 – ABC na Educação Científica: Mão na Massa, conduzido por várias instituições por iniciativa da Academia Brasileira de Ciências;
2 – Ciência, Arte e Magia, conduzido na Universidade Federal da Bahia, que estimula as crianças a partir dos seis anos;
3 – Centros de Educação Científica (Natal, Macaíba /RGN e Serrinha (BA);
4 – Revista *Ciência Hoje*;
5 – Revista *Ciência para Crianças*;
6 – Olimpíadas;
7 – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia;
8 – Feiras de Ciência; e
9 – Museus de Ciência.

O aprimoramento da educação científica, certamente reverterá o atual quando, atraindo mais estudantes para o ensino de pós-graduação. Temos um sistema de pós-graduação robusto, e é importante que esse sistema não seja expandido pela oferta e sim pela demanda. Essa demanda implica termos projetos de desenvolvimento social e econômico de médio e longo prazo para o País e onde os egressos tenham oportunidade de ter um protagonismo importante para solucionar grandes desafios como a fome, a desigualdade social, a violência, a ausência de procedimentos éticos e a educação de qualidade entre outros.

É pertinente lembrar o pensamento de Sigmund Freud: "A ciência não é uma ilusão, mas seria uma ilusão acreditar que poderemos encontrar noutro lugar o que ela não nos pode dar."

Isaac Roitman
é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade de Mogi das Cruzes, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022 – 2030 O Brasil e o Mundo que queremos.

A relação entre saúde mental do trabalhador e a organização

Por Luca Andrade

A saúde mental de trabalhadores é hoje reconhecida como um dos grandes desafios nas organizações e para as organizações e seus líderes. Várias pesquisas realizadas desde a pandemia apontam para o aumento crescente de transtornos mentais e emocionais em funcionários(as) de diferentes tipos e tamanhos de empresa, em todos os segmentos de negócio.

Em pesquisa realizada pela Conexa*, 87% dos respondentes, gestores de RH, afirmaram ter ocorrido afastamento em sua organização por causa de doenças relacionadas à saúde mental em 2023. Segundo essa pesquisa, a ansiedade é o transtorno que mais afastou as pessoas do trabalho (51%), seguido pela depressão (17%), estresse (16%) e a síndrome de estafa profissional, o burnout, com 14% dos afastamentos.

Em outra pesquisa, realizada pela Vidalink (vidalink.com.br/blog/uso-de-antidepressivos), a aquisição de antidepressivos cresceu 37% no primeiro semestre de 2023, em relação ao mesmo período de 2022.

Em paralelo, algumas ações estão sendo implementadas pelas empresas para cuidar da saúde de mental de seus(suas) funcionários(as). Na pesquisa da Conexa, 80% dos respondentes disseram que dar acesso a médicos e psicólogos é muito importante para a empresa e empregados.

De todo modo, é essencial entender que para lidar com a saúde mental no ambiente de trabalho, é necessário ir além do tratamento medicamentoso e psicoterápico.

Pesquisas realizadas por universidades norte-americanas como Harvard, Roosevelt e MIT, além de inúmeros estudos da área da psicodinâmica do trabalho, apontam que os transtornos mentais e emocionais no ambiente de trabalho estão intrinsecamente conectados à forma como: as relações interpessoais se desenvolvem no contexto organizacional, os processos de trabalho se desenrolam, e a comunicação é desdobrada pela rede de institucional.

As corporações são sistemas abertos que afetam e são afetados pelas pessoas, por suas interações e outros elementos intervenientes. São espaços dinâmicos permeados por vínculos de poder, afetos, expectativas que geram dinâmicas relacionais e emocionais entre os (as) colaboradores (as), que tendem a influenciar o nível de stress e satisfação, o processo de trabalho e o resultado.

Assim, o trabalho e o ambiente de trabalho podem tanto servir como fontes de equilíbrio e desenvolvimento psicológico, proporcionando um senso de propósito, identidade e pertencimento, quanto se tornarem terreno fértil para o desgaste emocional e a descompensação psíquica, quando as condições de trabalho são adversas, as relações interpessoais são tóxicas, e falta comunicação, processo e autonomia, dentre outros fatores de igual importância.

> Ambiente de trabalho: tanto fonte de equilíbrio como desgaste emocional

Diante dos desafios inerentes ao trabalho e às relações instituídas na organização, os(as) empregados (as) buscam desenvolver uma variedade de estratégias individuais e coletivas para lidar com as dificuldades e pressões enfrentadas. Como, por exemplo, cooperação e apoio mútuo entre colegas, mobilização da inteligência prática visando soluções criativas, e construção de sentido e propósito em relação às tarefas desempenhadas.

Por outro lado, podem gerar estratégias negativas, não conscientes, como procrastinação em equipe, competição interna nociva, relações interpessoais tóxicas, conflitos desnecessários, comunicação ambígua, e adoecimento físico e mental, cujo aumento continuado citamos anteriormente.

O cuidado com a saúde mental dos(as) trabalhadores(as) requer, para além de intervenções medicamentosas e terapêuticas, uma análise mais profunda de elementos organizacionais, como a cultura e políticas organizacionais, assim como das atitudes e comunicação de líderes e gestores(as) e o grau de conscientização que têm a respeito da dinâmica e das estratégias utilizadas por todos para lidar com as questões do trabalho e seu ambiente.

É importante que líderes e gestores(as) das organizações percebam o impacto que as dinâmicas interacionais têm na efetivação dos planos e estratégias corporativos, e possam compreender e manejar adequadamente as situações para promover o melhor ambiente possível e buscar o resultado almejado.

O entendimento do funcionamento da organização, das emoções geradas, dos vínculos criados, assim como das relações construídas é fundamental para promover um ambiente de trabalho saudável e propício ao bem-estar e ao desenvolvimento humano e profissional do(a) colaborador(a).

A investigação psicodinâmica do trabalho e suas práticas, cujo expoente é o médico, psiquiatra e psicanalista francês Christophe Dejours, traz conhecimento e ferramentas que podem esclarecer esse contexto e propiciar ações que visam o cuidado com a saúde mental e organizacional no ambiente de trabalho.

Luca Andrade
é psicóloga, master executive coach e master practitioner em PNL.
** Estudo realizado pela Conexa nos dias 8, 9 e 10 de agosto de 2023 com visitantes do Congresso Nacional de Gestão de Pessoas (Conarh) neste ano, em São Paulo, com 1.589 respondentes, gestores de RH de pequenas, médias e grandes empresas.*

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

Países gastam mais em juros do que em saúde

Em 2023, um número recorde de 54 países em desenvolvimento, o equivalente a 38% do total que compõe este grupo, destinou 10% ou mais das receitas públicas ao pagamento de juros. Quase metade deles está na África. O rápido aumento dos pagamentos de juros restringe os gastos nos países em desenvolvimento. Por exemplo, durante os primeiros anos da pandemia, África e Ásia/Oceania (excluindo a China) gastaram mais em pagamentos de juros do que em saúde.

São 3,3 bilhões de pessoas que vivem em países que gastam mais em juros do que com educação ou saúde. Pagamentos líquidos de juros da dívida pública atingiram US$ 847 bilhões em 2023, um aumento de 26% em relação a 2021.

No período 2020–2022, as despesas públicas per capita com saúde nestas 2 regiões foram de apenas US$ 39 e US$ 62, respectivamente. Porém as despesas per capita para pagar os juros da dívida pública atingiram US$ 70 e US$ 84, respectivamente.

O número de países onde os pagamentos de juros ultrapassam os gastos em educação e saúde está aumentando. Durante o período 2020–2022, houve 15 países cujos pagamentos de juros excederam as despesas com educação e 46 países onde foram superiores às despesas com saúde. No período de 2010–2012, os números eram 12 e 34, respectivamente. Os dados são do estudo *A World of Debt 2024*, da Unctad, já abordado nesta coluna.

Refugiados da água

As catástrofes relacionadas com a água forçaram pessoas a fugir das suas casas 7,9 milhões de vezes consecutivas em 10 dos países mais atingidos do mundo no ano passado, um aumento de 120% em comparação com uma década atrás, segundo a ONG britânica a Oxfam.

Somália, China, Filipinas, Paquistão, Quênia, Etiópia, Índia, Brasil, Bangladesh e Malásia encabeçaram a lista de países que sofreram o maior deslocamento de pessoas devido a inundações e secas no ano passado.

Turismo em Maricá

O 6º Congresso Estadual Empresarial de Turismo, promovido pela Federação de Convention & Visitors Bureaux do Estado do Rio de Janeiro, começa nesta terça-feira em Maricá, cidade da Região dos Lagos que vem se destacando pelo salto na qualidade de vida, turbinado pelas receitas com royalties do petróleo.

Patrocinadora do evento, a Equipotel, feira nacional da indústria de hospitalidade, destaca a importância do congresso para o turismo fluminense.

Rápidas

"O financiamento da Seguridade Social no século 21, os desafios e perspectivas para o Brasil e para a América Latina" será o tema de seminário do Sindifisco Nacional, quinta e sexta, no Rio de Janeiro. Para o público em geral, só online: youtube.com/@sindifisconacional *** *Argus* é a exposição que a Ava Galleria Rio apresentará a partir desta sexta-feira, com curadoria de Edson Cardoso, na M. Blois Galeria, para homenagear os 200 anos da Migração Alemã no Brasil *** Nesta quarta, 14h, a Casa de Bambas, em parceria com a Secretaria de Cultura, realizará uma Oficina de Cultura Indígena voltada para crianças e adolescentes, ministrada por Ana Kariri *** O Américas Shopping promove nesta quinta-feira, 19h, show de voz e violão com Rhayo *** A G.A.C Brasil realizará palestra gratuita, quinta-feira, 15h, na Arca Hub, no Rio de Janeiro, sobre a Lei do Bem.

Balanço de pagamentos: déficit de US$ 3,4 bi em maio

Reservas internacionais chegaram a US$ 355,6 bilhões

As transações correntes do balanço de pagamentos foram deficitárias em US$ 3,4 bilhões em maio de 2024, ante superávit de US$ 1,1 bilhão em mesmo mês de 2023. Na comparação interanual, o saldo comercial recuou US$ 3,0 bilhões e os déficits em serviços e renda primária aumentaram, respectivamente, US$ 1,3 bilhão e US$ 168 milhões. A renda secundária passou de superávit para déficit, variando US$81 milhões. O déficit em transações correntes nos doze meses encerrados em maio de 2024 somou US$ 40,1 bilhões (1,79% do PIB), ante US$ 35,7 bilhões (1,60% do PIB) no mês anterior e US$ 45,3 bilhões (2,24% do PIB) em maio de 2023.

O superávit da balança comercial de bens atingiu US$ 6,4 bilhões em maio de 2024, ante superávit de US$ 9,3 bilhões em maio de 2023. As exportações de bens totalizaram US$ 30,7 bilhões e as importações de bens, US$ 24,3 bilhões, correspondendo a redução de 6,9% e aumento de 3,1% na comparação interanual.

O déficit na conta de serviços totalizou US$ 4,5 bilhões em maio de 2024, ante US$ 3,2 bilhões em maio de 2023, crescimento de 38,9%. Na mesma base de comparação, cresceram as despesas líquidas das contas de transportes, 32,6%, somando US$1,5 bilhão; de telecomunicação, computação e informações, 97,6%, totalizando US$ 659 milhões; e de aluguel de equipamentos, 48,9%, para US$ 920 milhões. As despesas líquidas com viagens internacionais aumentaram 12,6%, para US$ 714 milhões, resultado do aumento de 3,0% (para US$ 1,2 bilhão) nas despesas e redução de 7,7% nas receitas (para US$ 523 milhões).

O déficit em renda primária somou US$ 5,2 bilhões em maio de 2024, ligeiramente acima do déficit registrado em maio de 2023, US$ 5,1 bilhões. As despesas líquidas de lucros e dividendos, associadas aos investimentos direto e em carteira, totalizaram US$ 4,0 bilhões, ante US$ 3,7 bilhões em maio de 2023. As despesas líquidas com juros somaram US$ 1,3 bilhão, 5,0% inferiores ao resultado de maio de 2023.

Os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US$ 3,0 bilhões em maio de 2024, ante US$ 4,4 bilhões em maio de 2023. Houve ingressos líquidos de US$ 1,7 bilhão em participação no capital e de US$ 1,3 bilhão em operações intercompanhia. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US$ 66,0 bilhões (2,95% do PIB) em maio de 2024, ante US$ 67,3 bilhões (3,02% do PIB) em abril e US$ 68,3 bilhões (3,38% do PIB) em relação a maio de 2023.

Os investimentos diretos do país (IDP) no Brasil registaram a entrada líquida de 30,2 mil milhões de dólares entre janeiro e maio deste ano, um aumento de 6,2¨% em termos nominais face ao mesmo período de 2023, quando somaram 28,5 mil milhões de dólares, o Banco Central divulgou nesta segunda-feira.

Os investimentos em carteira no mercado doméstico registraram ingressos líquidos de US$ 1,3 bilhão em maio de 2024, dos quais ingressos de US$ 2,2 bilhões em títulos, e saídas de US$ 896 milhões em ações e fundos de investimento. Nos doze meses encerrados em maio de 2024, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US$ 3,9 bilhões.

As reservas internacionais somaram US$ 355,6 bilhões em maio de 2024, aumento de US$ 4,0 bilhões em relação ao mês anterior. Esse aumento decorreu, principalmente, de contribuições positivas de variações por preços, US$ 1,9 bilhão, e por paridades, US$ 804 milhões. As receitas de juros somaram US$ 727 milhões no mês.

Greve: universidades federais encerram e servidores ambientais começam

Professores de universidades e de institutos federais de educação e Governo Federal chegaram a um acordo, encerrando a greve iniciada há cerca de 60 dias. O termo de acordo foi fechado ontem e será assinado na quarta-feira. Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), o fim da greve teve início nesta segunda-feira, devendo se consolidar plenamente até 3 de julho.

"Reunido em Brasília neste fim de semana, o Comando Nacional de Greve informa que, finalizada a sistematização dos resultados deliberados nas assembleias da base nos estados entre os dias 17 e 21 de junho, a categoria docente definiu pela assinatura do termo de acordo apresentado pelo governo, a ser realizada em 26 de junho, bem como pela saída unificada da greve a partir de tal data, até 3 de julho", informou, em nota, a Andes.

Em comunicado, a entidade diz que, apesar de as propostas apresentadas pelo governo não atenderem "adequadamente ao conteúdo de nossas justas demandas", o movimento será encerrado. No entanto, acrescenta, os termos "refletem avanços que só foram possíveis graças à força do movimento paredista. Para além do que já conquistamos, nos últimos retornos que tivemos do Governo Federal, a conjuntura aponta para os limites desse processo negocial".

A Andes acrescentou que a greve "alcançou seu limite e que estamos no momento de seguir a luta por outras frentes", acrescentou. A proposta apresentada pelo governo - acatada pelo Comando Nacional de Greve - foi a de reajuste zero em 2024, devido às limitações orçamentárias. Para compensar, foi oferecida uma elevação do reajuste linear, até 2026, de 9,2% para 12,8%, sendo 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026.

Por outro lado, também hoje, servidores federais da área de meio ambiente iniciaram nesta segunda-feira uma greve que - até o dia 1º de julho - deve abranger 21 estados. Os primeiros estados a paralisar as atividades são Paraíba, Pará, Acre e Rio Grande do Norte. Servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília, também iniciam hoje o movimento paredista.

Meio ambiente

Segundo a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional), o movimento será reforçado com a adesão de outros 17 estados, a partir de 1º de julho. Integram o movimento servidores vinculados ao Ibama, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ao Serviço Florestal Brasileiro e ao MMA.

As negociações com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) já duram cerca de seis meses, sem avanços. Segundo a Ascema, a proposta apresentada pelo MGI foi "rechaçada em 100% das assembleias" de suas entidades locais, uma vez que não teria atendido a "nenhum dos principais pontos" reivindicados.

"Infelizmente, o aparente desinteresse do Governo Federal em realizar a justa e devida reestruturação da carreira de especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama, que oficializou o rompimento unilateral da mesa, prejudicará os resultados e trará todo o ônus para o próprio governo e prejuízos para os setores regulados", disse à Agência Brasil o presidente da Ascema, Cleberson Zavaski. Para ele, somente "ações essenciais e emergenciais e em números mínimos terão atividades realizadas". Enquanto isso, acrescenta, os servidores permanecerão "mobilizados e pressionando".

"Nossa demanda não é por um percentual específico de reajuste, mas de uma verdadeira reestruturação de carreira que nos reposicione o mais próximo de outras carreiras com atribuições de nível de responsabilidade e complexidade semelhantes ao nosso", acrescentou Zavaski.

Segundo a Agência Brasil, entre as principais reivindicações está a equiparação com a remuneração das carreiras de nível superior da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que, no passado, estava integrada ao Ibama. Após a separação, segundo a Ascema, há servidores da ANA com salário inicial maior que o salário de final da carreira de especialista em meio ambiente.

"Porém, diferentemente da reivindicação original, a nova contraproposta prevê que a remuneração inicial seja menor que a da ANA, mas com valorização progressiva que permita que a remuneração alcance a da ANA a partir do 14º nível e até a supere nos últimos cinco níveis, considerando uma tabela com 20 padrões, conforme proposto pelo governo".

A Ascema explica que os servidores aceitaram as propostas do MGI no que diz respeito à criação da tabela com 20 padrões, os percentuais oferecidos para as Gratificações de Qualificação e o adiamento da discussão sobre a Gratificação por Atividade de Risco.

Os servidores da área ambiental já estavam com atividades de fiscalização e licenciamento e outras operações de campo suspensas desde janeiro, mas a greve nacional deve estender a paralisação para todas as áreas, inclusive os serviços administrativos.

SEU DIREITO

Monitoramento de funcionários: limites legais

Por Gustavo Carvalho Machado

Que empresas utilizam técnicas de rastreamento para supervisionar a rotina de seus funcionários não é nenhuma novidade, mas, com o crescimento do trabalho remoto – acelerado pela pandemia do coronavírus – a utilização de softwares de monitoramento tornou-se muito popular. Em uma pesquisa conduzida pela Resume Builder em 2023 com mil líderes empresariais nos Estados Unidos, que lideram equipes predominantemente remotas ou híbridas, foi revelado que 96% desses gestores empregam algum tipo de software para monitoramento de funcionários.

Por meio do uso dessas ferramentas – o que também é chamado de bossware (neologismo oriundo da soma das palavras "boss" e "software") – empresas conseguem rastrear as atividades realizadas por seus funcionários. Registro de teclas digitadas, monitoramento de tela, gravação de sons de microfones, acompanhamento do tempo de uso e do número de e-mails enviados são algumas das técnicas utilizadas.

Nos EUA, redes como Outback e KFC já estão utilizando ferramentas com sistemas de inteligência artificial embutidos para avaliar o desempenho de seus funcionários. Reconhecimento facial para identificação do trabalhador e transcrição de áudios para detectar se o funcionário tentou oferecer complementos ou inscrever o cliente em programas de fidelidade são alguns exemplos de técnicas utilizadas.

A justificativa dos empregadores para a utilização de ferramentas de bossware normalmente é de que são importantes para melhorar a produtividade da empresa, avaliar o desempenho de trabalhadores de forma mais assertiva, além de melhorar a eficiência operacional. Porém, há aqueles que recorrem a esses mecanismos por desconfiança em relação à produtividade de seus funcionários, utilizando-os como meio de manter um controle rigoroso sobre os seus subordinados.

Considerando o contexto brasileiro, é fundamental ressaltar que a fiscalização do trabalho é um direito do empregador, inserido em seu poder de direção. No entanto, este poder não é ilimitado; é preciso respeitar, entre outros aspectos, a privacidade e a dignidade do trabalhador. Logo, todo monitoramento deve ser conduzido com prudência.

A propósito, a extensão do poder de controle do empregador deve ser guiada pela própria natureza da atividade desempenhada pelo empregado. A atividade servirá, portanto, como critério para avaliar se o monitoramento realizado é razoável ou não.

Adicionalmente, é imprescindível reconhecer que, ao monitorar os seus funcionários, o empregador inevitavelmente acessará e tratará seus dados pessoais, sendo, portanto, obrigatório o cumprimento das disposições estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados.

Nesse contexto, a empresa deve ser transparente quanto ao monitoramento de funcionários realizado. A LGPD exige que a finalidade do uso de dados e do monitoramento seja comunicada de maneira clara e acessível para garantir que todos a compreendam.

Nesse ponto, as informações acerca do tratamento deverão ser disponibilizadas respeitando, no mínimo, os requisitos previstos no art. 9º da LGPD. Nos casos em que a empresa fornece as ferramentas de trabalho, também é essencial formalizar que esses equipamentos devam ser utilizados exclusivamente para fins profissionais. Trata-se de uma boa prática para alinhar as expectativas dos funcionários, evitando surpresas. Da mesma forma, nas situações em que o uso de dispositivos pessoais é permitido, é recomendável estabelecer diretrizes claras sobre sua utilização.

Somada à transparência, o empregador deve implementar medidas adequadas e estritamente necessárias para alcançar os seus objetivos. Como recomendado pelo Working Party 29 em seu guia sobre processamento de dados no trabalho, as empresas devem tomar medidas proporcionais ao risco que o trabalho represente, evitando a implantação de medidas muito invasivas. Devem-se adotar providências razoáveis e estritamente necessárias para fiscalizar o trabalho do funcionário, bem como resguardar a segurança do negócio.

Outro aspecto que requer atenção é a determinação da LGPD de que o tratamento de dados só pode ser realizado dentro das hipóteses previstas na lei. Nesse cenário, é importante destacar que o uso do consentimento deve ser evitado em relações de emprego, pois o consentimento precisa ser livre, o que é questionável em uma relação marcada pela subordinação. Ou seja, a coleta de uma autorização do trabalhador para permitir o monitoramento de seu trabalho definitivamente não é o melhor caminho a seguir. Normalmente, a base legal utilizada nesses casos é o legítimo interesse. Porém, vale mencionar que, segundo a legislação, o legítimo interesse não permite, por exemplo, o tratamento de dados pessoais sensíveis, tal como a biometria facial.

Reitera-se, portanto, a necessidade de o empregador agir com cautela ao selecionar os métodos de fiscalização de seus empregados, garantindo que não ultrapasse os limites da supervisão legítima e evitando o abuso do seu poder de direção.

Gustavo Carvalho Machado é advogado e sócio-fundador do DMS Advogados.

Força da marca das empresas chinesas bate recorde

A força da marca das empresas chinesas aumentou 17% anualmente, de 18.035 para 21.150 no primeiro semestre deste ano, atingindo um novo recorde na história, de acordo com o relatório Kantar BrandZ 2024 Chinese Global Brand Builders, divulgado nesta segunda-feira. Muitas das maiores empresas da China são estatais, devido à presença significativa do governo chinês na economia nacional.

Alibaba Group e AliExpress são duas das marcas chinesas mais conhecidas no Brasil. No Brasil, a chegada em maior número de empresas chinesas começa em 2003, quando outras 354 novas empresas passaram a atuar no país. Em 2021, havia 1.823 CNPJs associados à China, sendo 1.820 empresas.

Compilado em conjunto pela empresa internacional de pesquisa de mercado Kantar e pelo Google, o relatório entrevistou consumidores globais de 11 mercados internacionais sobre suas opiniões sobre as marcas globais chinesas. As pontuações de força da marca foram calculadas, levando-se em conta três fatores principais: significativo, diferente e saliente.

As notas "significativo" e "diferente" para cada marca são calculadas com base no feedback dos consumidores pesquisados. O "saliente" é calculado combinando dados de comportamento do consumidor, incluindo o tráfego para o site oficial de uma marca, o número de usuários ativos do aplicativo de uma marca e o índice de pesquisa da marca no Google e no YouTube.

O aumento significativo na força geral da marca das empresas chinesas destacou a vitalidade das marcas chinesas no mercado global, disse Doreen Wang, CEO da Kantar Grande China e presidente global da Kantar BrandZ.

Wang também observou que a combinação do ecossistema da cadeia industrial da China e tecnologia inovadora se tornou uma nova força competitiva para as marcas globais chinesas.

Segundo a Agência Xinhua, em 2023, a revista Fortune anunciou a lista das Fortune Global 500, com um total de 142 empresas chinesas na lista. A China ocupa o primeiro lugar em termos de número de empresas listadas, com uma receita total de US$ 11,7 trilhões. Há 10 anos, somente 95 empresas chinesas figuravam na lista.

O número total de empresas chinesas na lista superou os Estados Unidos pelo quinto ano consecutivo. As 10 principais empresas da China em termos de receita foram a State Grid com US$ 530,009 bilhões, a China National Petroleum com US$ 483,019 bilhões, a Sinopec com US$ 471,154 bilhões, a China State Construction com US$ 305,885 bilhões, a Hon Hai Precision com US$ 222,535 bilhões, o Industrial and Commercial Bank of China com US$214,766 bilhões, o China Construction Bank com US$ 202,753 bilhões, o Agricultural Bank of China com US$187,061 bilhões, o Ping An Insurance da China com US$ 181,566 bilhões, e a Sinochem da China com US$ 173,834 bilhões.

Consumo no lar: carrinhos dos brasileiros estão mais cheios

A cesta de consumo dentro do lar no Brasil cresce impulsionada por um comprador que adquire com maior intensidade. Segundo o estudo Consumer Insights Q1 2024, produzido pela Kantar, os carrinhos apresentaram alta de 7,8% em unidades por viagem no longo prazo (comparação dos últimos 12 meses, entre março de 2023 e março de 2024).

Nesse contexto, os brasileiros mantiveram o número de categorias (59 no longo prazo), mas o destaque positivo fica para Bazar, Bebidas e Mercearia Doce. No período avaliado, as cestas cresceram 9,9%, 9,4% e 9,3%, respectivamente, em unidades por viagem.

"Vale ressaltar também que o consumo de indulgências aumenta de forma generalizada entre todas as famílias, sendo o maior exemplo as Classes D e E. Nelas, o salgadinho cresce tendencialmente para substituir o jantar. A compra é voltada para saciar o desejo de comer algo diferente", explica Silvia Durazzo, Gerente de Contas da Kantar.

De forma geral, todas as marcas crescem em importância de unidades, mas as econômicas se destacam com maior alta, sobretudo nas cestas de Higiene & Beleza (passando de 25% para 27% no curto prazo), Mercearia Salgada (de 19% para 20%) e Bebidas (de 17% para 18%). "A queda de preço de Economy ajuda nessa motivação de mais intensidade de compra, crescendo quase 10%", diz Silvia.

Os consumidores brasileiros ainda declararam acessar promoções em 13% dos produtos comprados – o número era 11% no ano anterior.

"A estabilidade inflacionária gera consumidores que se adaptam, sendo verdadeiros 'camaleões' que agora conseguem direcionar melhor seus gastos. Com isso, compras mais robustas para um maior aproveitamento da ocasião refletem em uma menor frequência – mas o saldo é positivo", conclui a executiva da Kantar.

Varejo

O IAV-IDV (Índice Antecedente de Vendas do Instituto para Desenvolvimento do Varejo) nominal, que considera a participação das atividades no volume total de vendas do comércio varejista medido pelo IBGE, apresenta previsão de crescimento de 6,9% em junho, 6,1% em julho e 6,8% em agosto, sempre em relação aos mesmos meses do ano anterior. Em maio, houve alta de 6,1%.

Já os últimos dados apresentados pelo IAV-IDV ajustados pelo IPCA, de abril/24, apontam alta de 2,6% em junho, 1,7% em julho e 2,6% em agosto. Em maio, a variação nominal registrou alta de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2023.

As projeções são feitas a partir dos dados individuais que cada empresa associada ao IDV informa em relação à sua expectativa de faturamento para os próximos três meses. Esse conjunto de empresas que compõe o índice possui representantes em todos os setores do varejo e representam, aproximadamente, 20% das vendas no varejo brasileiro.

No setor de supermercados, hiper, alimentação, bebidas e fumo, maio teve alta de 4,8% em relação ao mesmo mês de 2023. Para os próximos três meses, as previsões são de alta de 7,9% em junho, 5,2% em julho e 7,1% em agosto.

No setor de material de construção, maio mostrou alta de 3,8% em relação ao mesmo mês de 2023. Para os próximos três meses, as previsões são de crescimento de 8,3% em junho, 4,3% em julho e 5,8% em agosto.

No setor de outros artigos de uso pessoal e doméstico, maio mostrou crescimento de 14,7% em relação ao mesmo mês de 2023, e as previsões são de crescimento de 15,9% em junho, 16,5% em julho e 18,1% em agosto.

No setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, maio mostrou crescimento de 16,1% em relação ao mesmo de 2023, e as previsões são de crescimento de 19,9% em junho, 20,7% em julho e 17,9% em agosto.

No setor de móveis e eletrodomésticos, maio teve queda de 3,8% em relação ao mesmo mês de 2023. Para os próximos três meses, as previsões também são de queda de 3,1% em junho e de alta de 5,1% em julho e 8,8% em agosto.

No setor de tecidos, vestuário e calçados, maio mostrou leve alta nas vendas de 8,3% em relação ao mesmo mês de 2023, e as previsões são de crescimento de 7,3% em junho, 7,7% em julho e 14,1% em agosto.

Fitch solta relatório de pré-distribuição do iCred FGTS FIDC

A Fitch Ratings publicou, nesta segunda-feira, relatório de pré-distribuição da primeira e da segunda emissão de cotas sêniores do iCred FGTS FIDC. A operação é lastreada por cédulas de crédito bancário (CCBs) averbadas perante a Caixa Econômica Federal , garantidas pelos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos devedores e pagas por meio de parcelas anuais e automaticamente deduzidas, via programa de saque-aniversário.

É a primeira vez que a Fitch classifica uma emissão deste tipo. A transação terá até 24 meses de período de revolvência, em que os empréstimos originados deverão seguir os critérios definidos em documentação, que incluem prazo máximo de 4.420 dias e comprovação de averbação. Além disso, os empréstimos serão adquiridos com ágio e deverão possuir taxa média mínima de endosso equivalente à taxa DI do dia anterior à data da cessão dos créditos acrescido de 6,5% ao ano. A revolvência poderá ser interrompida caso algum gatilho de desempenho seja acionado, respeitando os períodos de cura definidos na documentação.

A primeira emissão de cotas seniores, que totaliza R$448,8 milhões, é remunerada pela taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mais spread de 2,50% ao ano. A segunda emissão de cotas seniores terá montante e taxa definidos em processo de bookbuilding, com teto de R$ 300 milhões e taxa máxima de CDI mais spread de 2,50% ao ano. O rating da emissão contempla pagamento integral de juros e principal até o vencimento legal do fundo, em maio de 2039.

Transações

Em 19 de junho, a Fitch avaliou , com Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(EXP)sf(bra)', a primeira securitização lastreada por empréstimos garantidos por saque-aniversário do FGTS a ser ofertada no mercado. De acordo com o relatório da Fitch, essas transações resultam em portfólios com baixa inadimplência e taxas de pré-pagamento menores que as de securitizações de empréstimos consignados por pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O pagamento por dedução automática dos saldos isola riscos relacionados à capacidade de pagamento dos devedores, mas os riscos de fungibilidade da estrutura da transação devem ser analisados com cautela, assim como os de descasamentos de taxa de juros entre a carteira de empréstimos e o passivo da securitização.

O principal objetivo do FGTS é proteger financeiramente empregados demitidos sem justa causa. Para tanto, exige dos empregadores contribuição de 8% dos salários em uma conta vinculada, administrada pela Caixa Econômica Federal (IDRs – Issuer Default Rating – Rating de Inadimplência do Emissor - BB e Rating Nacional de Longo Prazo AAA(bra), todos com perspectiva estável.

O iCred FGTS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada (iCred FGTS FIDC) consiste na securitização de empréstimos formalizados por Cédulas de Crédito Bancárias (CCBs) garantidas pelo saldo parcial de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do devedor e deduzidas por parcelas anuais, quando do momento do saques-aniversário, conforme definido pela Lei 8.039/90 e pela Resolução 958 do Conselho Curador do FGTS. Todos os créditos foram originados de acordo com políticas estabelecidas pela iCred Soluções Financeiras S.A. (iCred).

Fundo de renda fixa que investe em operações a termo de renda variável

Por Jorge Priori

Divulgação Áfira Investimentos

Jean Moscavitch

Conversamos com Jean Moscavitch, gestor da Áfira Investimentos, sobre o Áfira Termo Funding Cash FI RF, fundo de renda fixa especializado em operações a termo de renda variável.

Como funciona o fundo?

Esse fundo é um funding cash para operações a termo. Como um contrato de termo é enquadrado como não padronizado, pois não existe uma regra absoluta de prazos e de taxa, isso significa que nós podemos emprestar dinheiro com diferentes prazos, como, por exemplo, 16, 20, 22 ou 99 dias. Contudo, por mais que esse tipo de operação não seja padronizada, ela é organizada pela B3.

Isso porque se nós emprestarmos R$ 100 mil para que uma pessoa possa comprar a termo ações da Petrobras, eu não posso lhe dizer para deixar R$ 10 mil como garantia. Ninguém pode fazer isso, mas como a Bolsa diz que o máximo de alavancagem que pode acontecer é de 3x, neste exemplo o investidor tem que colocar uma garantia de 1/3 do valor que será comprado na sua corretora mais os ajustes diários, tanto a favor quanto contra, que serão feitos em conformidade com a oscilação do valor da ação.

Operacionalmente, como funcionam as operações do fundo?

Toda a operação é feita com a corretora. É ela que nos procura e são os seus brokers que analisam quanto o investidor pode se alavancar. Com relação à operação, se um investidor quer comprar R$ 100 mil em ações da Petrobras, nós compramos as ações e fazemos a venda a termo para o investidor. Como a operação já vem casada, nós aplicamos os juros a ela. Por exemplo, nós podemos comprar as ações da Petrobras por R$ 100 mil para vendê-las a termo por R$ 101 mil. No encerramento, independente do lote comprado estar valendo R$ 110 mil ou R$ 90 mil, nós vamos ganhar R$ 1 mil.

Qual o perfil de investidor que aplica nesse fundo a termo?

No médio e longo prazo, este fundo se propõe a rentabilizar mais que 110% do CDI com prazo de resgate de 30 dias. Cabe destacar que se um investidor, que aplica em CDBs, busca rentabilidades acima de 105% do CDI, ele vai ter que prender o dinheiro por mais de 2 anos. Esse fundo gera um ganho de crédito privado sem o risco de crédito privado.

Como está a rentabilidade do fundo?

No momento, o fundo está com uma rentabilidade de 100% do CDI. Isso porque 20% do seu patrimônio está aplicado em juros prefixados, que só neste ano tiveram um resultado negativo de 5% (marcação à mercado). Por exemplo, nós temos taxas contratadas de 11% para três anos, mas ela abriu até 12%, só que 11%, para este período, ainda é acima de qualquer expectativa da Selic. Até o vencimento, isso será ajustado, e quando isso acontecer, essa diferença vai virar um prêmio acumulado do período em que os recursos ficaram aplicados.

TELESPAZIO BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.214.014/0001-33 - NIRE 33.3.0016636-0

Assembleia Geral Extraordinária - Primeira Convocação: O Diretor Presidente da TELESPAZIO BRASIL S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 2 de julho de 2024, às 10h, na sede da Companhia, situada na Av. Rio Branco, 1/1803, CEP 20090-003, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: retificar erro material constante da assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 10 de abril de 2024, arquivada em 17/04/2024 sob o nº 00006189905, onde constou no Estatuto Social consolidado anexo à ata que o capital social de R$ 58.724.000,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais) é dividido em 5.874.400 (cinco milhões, oitocentas e setenta e quatro mil e quatrocentas) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 10,00 (dez reais), quando o correto seria a divisão em 5.872.400 (cinco milhões, oitocentas e setenta e duas mil e quatrocentas) ações. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.

Marzio Laurenti – Diretor Presidente.

BNY MELLON BANCO S.A.
CNPJ nº 42.272.526/0001-70 – NIRE nº 33.3.0030203-4

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do BNY Mellon Banco S.A. (CNPJ nº 42.272.526/0001-70), realizada em 29 de abril de 2022 às 13:00 horas. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. A Ordem do Dia incluiu a tomada de contas dos administradores, exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2021, a fixação da remuneração global da Diretoria para o ano de 2022, o aumento do Capital Social da Companhia, a extinção do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro BNY Mellon, o ajuste do componente organizacional de Ouvidoria, e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Todos os assuntos foram aprovados por unanimidade, sendo fixada a remuneração global dos Diretores do Conglomerado Financeiro BNY Mellon, para o exercício de 2022, no montante de R$ 27.876.257,00.

M.S. ENGENHARIA S.A.
CNPJ nº 34.019.018/0001-57 - NIRE 33.3.0001155-2

Assembleia Geral Extraordinária - Primeira Convocação: O Diretor da M.S. ENGENHARIA S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 1º de julho de 2024, às 10h, na sede da Companhia, situada na Rua México, nº 148, salas 1004 a 1007, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20010-000, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição de administradores; (ii) aprovação do início da prática de atos destinados a realização da venda dos lotes objetos das escrituras públicas lavradas em 30 de março de 1979 e 12 de dezembro de 1979, ambas nas notas do 1º Ofício de Duque de Caixas, no mesmo livro 22-m, fl. 54 e 173; e (iii) assuntos gerais. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.

Mario Volfzon - Diretor.

BNY MELLON BANCO S.A.
CNPJ nº 42.272.526/0001-70 / NIRE nº 33.3.0030203-4

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do BNY Mellon Banco S.A. (CNPJ nº 42.272.526/0001-70), realizada em 20 de abril de 2023 às 11:00 horas. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. A Ordem do Dia incluiu a tomada de contas dos administradores e exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022, a eleição dos membros da Diretoria e a fixação da remuneração global da Diretoria para o ano de 2023. Todos os assuntos foram aprovados por unanimidade, sendo fixada a remuneração global dos Diretores do Conglomerado Financeiro BNY Mellon no montante de R$ 30.200.000,00, e ficando da seguinte forma a composição da Diretoria: Diretor Presidente (Eduardo Adriano Koelle) e Diretores Executivos (Marcus Vinicius Mathias Pereira, Patricia Avolio Furtado Alvim, Peterson Antonio da Paz e Marcus Alexandre de Souza Moraes), com mandato até a posse dos eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 2025.

ESHO – EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 01 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 5º andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Registrar a renúncia de Diretores da Companhia; (ii) Deliberar sobre a eleição de Diretores da Companhia; (iii) Deliberar sobre a absorção dos prejuízos acumulados mediante redução do capital social da Companhia; (iv) Deliberar sobre a consequente alteração do Artigo 5º da Companhia; (v) Consolidar o Estatuto Social da Companhia; e (vi) Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.
Kewton Esper Aragão – Presidente.

WAVE TECH DO BRASIL S.A.
CNPJ nº 48.766.788/0001-78 - NIRE 33.300.346.597
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 26 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: Em 26 de abril de 2024, às 09:40 horas, na sede da **Wave Tech do Brasil S.A.,** localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida Barão de Tefé, nº 27, 12° andar, parte, Saúde, CEP 20220-460 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do seu capital social, conforme assinaturas ao final desta ata, a teor do que dispõe o art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas). **Mesa:** Henrique Lopes Garrido, Presidente; e João Pero de Souza Stricker, Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) aprovação das contas da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinação do resultado do exercício; e (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. **Deliberação:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas deliberam: (i) Aprovar as contas da administração, o Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais permanecem arquivados na sede da Sociedade. (i) Aprovar a destinação do resultado total do exercício o qual será alocado em lucros acumulados pela Sociedade. (ii) Fica consignado que, o valor global da remuneração dos Diretores para o ano de 2024 será de até R$ 1.257.600,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, após lavrada a presente ata que, após lida, foi achada conforme assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024. **Henrique Lopes Garrido -** Presidente; **João Pero de Souza Stricker -** Secretário. Assinaturas das acionistas: André Pinheiro Veloso, João Pero de Souza Stricker - **Bemobi Mobile Tech S.A.;** Henrique Lopes Garrido, Gabriel Araújo Sousa de Lima, Marcos José Augusto de Oliveira Júnior - **200 Tech Serviços do Brasil Ltda. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: WAVE TECH DO BRASIL S.A. NIRE: 333.0034659-7. Protocolo: 2024/00507627-0. Data do protocolo: 14/06/2024. Certifico o Arquivamento em 17/06/2024 sob o número 00006293445. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

CYRELA LOTUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – CNPJ 45.936.800/0001-57, torna público que recebeu da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/11839.04, a Autorização Ambiental Municipal para Manejo de Fauna Silvestre AMF-2024/00020 para levantamento de fauna (ictiofauna), incluindo apanha, captura e transporte de espécimes animais na área de influência direta e indireta do empreendimento a ser implantado na Estrada dos Bandeirantes n° 5940, Curicica – Rio de Janeiro, RJ.

BNY MELLON BANCO S.A.
CNPJ nº 42.272.526/0001-70 / NIRE nº 33.3.0030203-4

Extrato da Ata da Assembléia Geral Extraordinária do BNY Mellon Banco S.A. (CNPJ nº 42.272.526/0001-70), realizada em 16 de maio de 2022 às 10:00 horas. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. A Ordem do Dia incluiu a ratificação da renúncia de Diretor (Carlos Alberto Saraiva e Lizandro Sommer Arnoni), a eleição de novo membro da Diretoria (Marcus Alexandre de Souza Moraes) e a ratificação da composição da Diretoria da Companhia. Todos os assuntos foram aprovados por unanimidade, ficando da seguinte forma a composição da Diretoria: Diretor Presidente (Eduardo Adriano Koelle) e Diretores Executivos (Marcus Vinicius Mathias Pereira, Patricia Avolio Furtado Alvim, Peterson Antonio da Paz e Marcus Alexandre de Souza Moraes), com mandato até a posse dos eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 2023.

BNY MELLON BANCO S.A.
CNPJ nº 42.272.526/0001-70 / NIRE nº 33.3.0030203-4

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do BNY Mellon Banco S.A. (CNPJ nº 42.272.526/0001-70), realizada em 23 de agosto de 2023 às 10:00 horas. Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. A Ordem do Dia incluiu a eleição de novo membro da Diretoria (Matilde Freitas da Costa) e a ratificação da composição da Diretoria da Companhia. Todos os assuntos foram aprovados por unanimidade, ficando da seguinte forma a composição da Diretoria: Diretor Presidente (Eduardo Adriano Koelle) e Diretores Executivos (Marcus Vinicius Mathias Pereira, Patricia Avolio Furtado Alvim, Peterson Antonio da Paz, Marcus Alexandre de Souza Moraes e Matilde Freitas da Costa), com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 2025.

Decisão sobre distribuição de energia contraria anos de entendimentos

STJ faz um 'plot twist' e mantém Tust e Tusd no ICMS

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor

Após anos de discussão e orientação favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a não inclusão das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) na base de cálculo do ICMS incidente sobre energia elétrica, uma recente alteração no entendimento do tribunal trouxe à tona novamente a discussão sobre a segurança jurídica nas pautas tributárias no país.

"Por anos as duas turmas de direito público do STJ possuíam entendimento favorável a não incidência do imposto, que seguia o mesmo entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) encampado em diversos julgamentos, segundo o qual nas operações de energia elétrica o imposto incide exclusivamente sobre a energia consumida. A partir de uma decisão não unânime da Primeira Turma em 2017, inaugurou-se a divergência no Tribunal, que só foi solucionada agora a partir de uma virada jurisprudencial", explica o advogado Cássio Vinícius H. S. da Rocha Mesquita, do escritório Elcio Reis Advogados Associados.

Apesar de se tratar de uma questão definitiva no âmbito do STJ, ainda há possibilidade de o STF reconhecer a não incidência das tarifas na base de cálculo do imposto. Isso se deve ao fato de que, independentemente da discussão travada no STJ em 2022, a Lei Complementar 194 alterou a Lei Kandir, passando a prever expressamente a não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Estados temem perder receita

No entanto, a eficácia dessa previsão legal foi suspensa por decisão do STF em sede de medida cautelar na ADI 7195. A referida ação de inconstitucionalidade pendente no Supremo foi resultado do receio dos governadores estaduais sobre os impactos que a alteração legislativa poderia causar nas receitas estaduais. Porém, tal receito é abstrato e injustificado, e não poderia, se sobrepor à vontade popular manifesta na alteração legislativa, questão a ser definida pelo STF, na avaliação de juristas.

"Embora a decisão do STJ não represente um aumento direto nas contas de energia, uma vez que a discussão visava à exclusão da Tust e Tusd da base de cálculo do ICMS, perdeu-se uma valiosa oportunidade de contribuir para a redução da regressividade do sistema tributário brasileiro. A manutenção dessas tarifas na base de cálculo do imposto perpetua uma estrutura fiscal que onera desproporcionalmente as camadas menos favorecidas da sociedade, agravando a desigualdade e dificultando o acesso a um serviço essencial como a energia elétrica", diz o advogado.

Decisão atinge todos os consumidores

A advogada Júlia Queiroga, do escritório Maia & Anjos Advogados, reforça que a decisão do STJ prevê que a Tust e a Tusd devem ser incluídas na base de cálculo do ICMS de energia elétrica, nas situações em que essas tarifas são lançadas na fatura de energia como um encargo a ser pago diretamente pelo consumidor final, seja o consumidor que pode escolher seu próprio fornecedor de energia, seja aquele que não tem essa opção.

"De acordo com o novo entendimento do STJ, seria viável eliminar os encargos das etapas intermediárias do sistema de fornecimento de energia elétrica apenas se o consumidor final pudesse adquirir o recurso diretamente das usinas geradoras, sem utilizar as redes interconectadas de transmissão e distribuição. Com a consolidação da tese repetitiva, a conclusão da Corte será aplicada aos demais recursos afetados pelo Tema 986, observada, entretanto, a modulação de efeitos", comenta Júlia.

Amanda Domingos e Gercielda Cruz, ambas da Ecovis BSP, explicam que, apesar de a energia ser um bem intangível dentro do conceito de mercadoria sobre o qual o ICMS incide, um dos principais pontos discutidos é a integração dos custos de transmissão e distribuição de energia na operação. Essa divergência de entendimento tem sido uma questão entre estados e governo há anos, especialmente devido à falta de adaptação da legislação para abordar essa situação.

BNDES: R$ 236 milhões à J. Macêdo para investimento no Ceará

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R$ 236 milhões para a J.Macêdo, empresa brasileira do setor alimentício, investir em uma nova planta industrial no estado do Ceará, onde a companhia surgiu há 85 anos.

O projeto apoiado pelo banco de fomento visa à implantação de uma fábrica em Horizonte, cidade na região metropolitana de Fortaleza, que terá foco em produtos alimentícios das marcas da empresa.

Denominado Projeto Camocim, o novo empreendimento produzirá massas longas, curtas e do tipo ninho, além de misturas para bolos. O complexo também contará com um centro de distribuição para atender às regiões Norte e Nordeste e um galpão de reciclagem.

Entre os investimentos previstos, para os quais o BNDES aprovou R$ 125,8 milhões, estão obras civis (como terraplanagem, pavimentação e calçamento), infraestrutura (escritório, portaria, galpão e casa de máquinas, entre outros) e linhas de produção.

Para essas linhas, serão adquiridos equipamentos e máquinas nacionais, também financiados pelo banco com R$ 110 milhões do Finame Direto (atualmente, uma linha do produto BNDES Máquinas e Serviços). Mais moderno, o maquinário ocupa menos espaço, utiliza menor quantidade de matéria-prima e consome menos energia, água e outros recursos, aumentando a produtividade.

Essa será a segunda unidade industrial da J.Macêdo no Ceará. O grupo já mantém, em Fortaleza, um moinho para processamento de trigo em farinha.

O novo empreendimento deve gerar 150 empregos diretos na fase de implementação e 200 após a conclusão. O projeto é modular e prevê possibilidades futuras de ampliação e de expansão. "Com o apoio do BNDES, teremos um Complexo Industrial moderno, com tecnologia de ponta, integrado com a comunidade e atento à proteção ao meio ambiente", afirma Irineu José Pedrollo, diretor-presidente da J.Macêdo.

Fundada em 1939, em Fortaleza, a empresa atua no setor de moagem e beneficiamento de trigo, em categorias como farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos, salgadinhos e sobremesas, comercializando marcas como Dona Benta, Sol, Petybon e Boa Sorte. Com plantas fabris em Simões Filho (BA) e São José dos Campos (SP) e moinhos em Fortaleza, Salvador (BA), Londrina (PR) e Varginha (MG), a companhia emprega 3 mil trabalhadores, diretos e indiretos.